



Propostas para o próximo regulamento dos Fundos Estruturais de forma a garantir um financiamento suficiente para o desenvolvimento económico e social dos próximos 7 anos

Em Outubro será acordado pelos Estados Membros da UE o orçamento comunitário para os próximos sete anos. A EAPN apela para que seja garantido um financiamento adequado à inclusão social, à luta contra a pobreza, ao acesso ao emprego e aos serviços públicos, à luta contra a discriminação, e à promoção da igualdade de oportunidades para todos.

Este apelo europeu está a ser liderado pela Plataforma Social das ONGs de forma a garantir um financiamento suficiente para o desenvolvimento económico e social dos próximos sete anos.

A EAPN apela a todos os decisores políticos envolvidos nas negociações do novo Quadro Comunitário que tenham em consideração as seguintes propostas:

1. Manter o montante global de 376 biliões de euros dos Fundos da UE para a coesão económica, social e territorial, como inicialmente proposto pela Comissão Europeia

Estes fundos constituem o instrumento financeiro mais importante para o desenvolvimento social e económico da União Europeia. Em muitas regiões, estes representam a principal fonte de financiamento público tanto a nível nacional, como regional e local, uma vez que os apoios nacionais foram cortados em consequência da crise e das medidas de austeridade.

2. Eliminar os condicionalismos macroeconómicos de todos os fundos estruturais

A suspensão dos pagamentos e dos compromissos dos fundos da Política de Coesão, em particular os Fundos Estruturais, irá agravar ainda mais o impacto social negativo das medidas de austeridade. Os cidadãos da UE que estão sobre forte pressão económica não devem ser penalizados por ações ou situações fora do seu controle. Por exemplo:

- Segundo o tratado de consolidação orçamental e o impacto da crise económica, os Estados Membros são obrigados a cortar nos salários, nas pensões, na proteção social e serviços públicos, incluindo os serviços sociais, de saúde e de educação. A redução do apoio do FSE (Fundo Social Europeu) ainda afetará mais a coesão social e a concretização da meta fixada para a redução da pobreza da Estratégia Europa 2020.

Privar um Estado Membro de investir na eficiência energética, devido aos condicionalismos macroeconómicos, terá um impacto ainda maior nas pessoas mais vulneráveis que não conseguem pagar as contas, cada vez mais elevadas, da energia. Hoje em dia, estima-se que entre 50 a 125 milhões de pessoas na Europa, não tenham um rendimento suficiente que lhes permita pagar as despesas com a energia¹.

¹ [Tackling Fuel Poverty in Europe, Recommendations Guide for Policy Makers](#), EPEE Consortium, pág. 4

3. Utilizar todos os recursos para reduzir o impacto social da crise e apoiar a implementação das metas sociais da Estratégia Europa 2020

Cada programa deve fixar o respetivo montante indicativo de apoio dedicado ao objetivo de redução da pobreza.

4. Utilizar os fundos da UE para desenvolver o emprego sustentável e de qualidade

Os fundos estruturais devem ser usados para: intensificar o diálogo social e combater a segmentação do mercado de trabalho com medidas direcionadas para o trabalho precário, subemprego e trabalho informal; para a qualidade e condições de trabalho; para o combate à pobreza no trabalho (*in work poverty*) e à promoção da saúde e segurança no trabalho; e garantir uma segurança social adequada para as pessoas com contratos a prazo e os trabalhadores independentes.

5. Manter as pre-condições (as condições *ex-ante*) para a atribuição dos Fundos Estruturais

Os fundos estruturais têm o potencial para ativar a participação plena das pessoas mais vulneráveis e/ou em risco de pobreza e discriminação. Investir na diversidade e na igualdade pode ser uma força motriz que conduz ao desenvolvimento económico, ao crescimento e à coesão social.

Apoiamos a proposta² da Comissão para reforçar o regulamento geral de forma a garantir que os fundos da UE são utilizados de forma eficaz para alcançar os objetivos com os quais os Estados Membros estão já comprometidos, nomeadamente: a Carta dos Direitos Fundamentais, a Convenção das Nações Unidas das Pessoas com Deficiência e os objetivos da Estratégia Europa 2020. Para receber financiamento, os estados membros devem explicar como pretendem cumprir as suas promessas para promover a inclusão social, a igualdade do género e a deficiência e o combate à pobreza e à discriminação.

6. Incluir as organizações da sociedade civil como parceiros efetivos na elaboração, implementação e avaliação dos programas (Contratos de Parceria)

Apoiar a proposta da Comissão para incluir as ONGs no artigo 5 – dedicado à parceria juntamente com os Parceiros Sociais e outros atores relevantes. Recomendamos uma parceria que envolva todos os *stakeholders*, de igual forma, em todas as fases e níveis de programação dos fundos estruturais. Isto inclui ONGs que muitas vezes implementam programas, têm contacto direto com os beneficiários, têm um papel chave na identificação das necessidades sociais, e detêm um bom conhecimento dos diferentes grupos alvo e de como desenvolver, com sucesso, projetos financiados pelos fundos estruturais. As organizações da sociedade civil têm também a experiência necessária para identificar de que forma os fundos estruturais podem cumprir o objetivo de redução da pobreza, da forma mais eficiente e eficaz.

Nota: Propostas enviadas aos representantes dos Estados Membros no Conselho Europeu de 30 Agosto 2012

² Apoiamos ainda as propostas da EWL, EDF, da ENAR e outras (ver carta; [Important provisions for social cohesion, economic growth employment and poverty reduction under threat in Council discussions on the Structural Funds legislative package for 2014-2020](#)) assim como o Grupo de Peritos Europeus sobre a Transição dos Cuidados Institucionais para Cuidados Comunitários (EEG) (ver carta: [Parliament and Council of the European Union have a duty to support community care](#))